Coordenadoria Geral de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Paula Souza

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

DOI: https://doi.org/10.68103/zrpn8944

Entre cinema e educação: a construção da consciência da ditadura civil-militar

Ana Melicia Moraes de Souza [1]
https://orcid.org/0009-0005-8841-7330

Carlos Bauer [2]
https://orcid.org/0000-0003-1031-5631

Resumo

Este artigo analisa a relação entre cinema e educação, destacando o potencial pedagógico do audiovisual para a formação crítica, histórica e cidadã dos estudantes. O estudo toma como objeto de investigação o filme O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias (2006), dirigido por Cao Hamburger, que retrata a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985) sob a ótica da infância. A narrativa, ambientada em 1970, articula dimensões históricas, afetivas, sociais e culturais, oferecendo uma abordagem sensível e humanizada de um período marcado pela repressão política, pela censura e por graves violações de direitos humanos. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combina revisão bibliográfica e análise documental, fundamentando-se na pedagogia histórico-crítica e em autores que discutem a interface entre cinema, educação e memória histórica, de modo a reforçar a análise crítica. Os resultados apontam que o cinema, ao mobilizar elementos estéticos, simbólicos e emocionais, amplia a empatia, a capacidade de reflexão e o engajamento dos estudantes, favorecendo a construção de consciência histórica e o fortalecimento de valores democráticos e cidadania cultural. O estudo também discute a relevância da Lei nº 13.006/2014, que torna obrigatória a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica, ressaltando tanto os avanços dessa política pública, ao reconhecer o cinema como recurso formativo, quanto os desafios de sua implementação, como a ausência de infraestrutura adequada, limitações orçamentárias e a carência de formação docente específica. Conclui-se que a efetividade da inserção do cinema na educação básica exige não apenas a existência de marcos legais, mas também

[1] Universidade Nove de Julho
[2] Universidade Nove de Julho

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

políticas educacionais permanentes de valorização docente, investimentos consistentes em infraestrutura escolar e a integração curricular crítica do audiovisual, consolidando-o como instrumento de emancipação cultural, memória coletiva e formação cidadã.

Palavras-chave: Educação. Cinema. Ditadura civil-militar. Memória histórica. Políticas públicas.

Abstract

This article analyzes the relationship between cinema and education, highlighting the pedagogical potential of audiovisual for the critical, historical and citizen formation of students. The study investigates the film O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias (2006), directed by Cao Hamburger, which portrays the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) from a childhood perspective. The narrative, set in 1970, articulates historical, affective, social and cultural dimensions, offering a sensitive and humanized approach to a period marked by political repression, censorship and serious violations of human rights. From a methodological point of view, the research combines bibliographical review and documentary analysis, based on historical-critical pedagogy and authors who discuss the interface between cinema, education and historical memory, in order to strengthen the critical analysis. The results indicate that cinema, by mobilizing aesthetic, symbolic and emotional elements, increases empathy, reflection capacity and student engagement, favoring the construction of historical awareness and strengthening democratic values and cultural citizenship. The study also discusses the relevance of Law no 13.006/2014, which makes mandatory the screening of national films in primary schools, highlighting both the advances of this public policy, recognizing cinema as a training resource, and the challenges of its implementation, as the absence of adequate infrastructure, budgetary limitations and lack of specific teacher training. It is concluded that the effectiveness of the insertion of cinema in basic education requires not only the existence of legal frameworks, but also permanent educational policies of teacher appreciation, consistent investments in school infrastructure and critical curricular integration of audiovisual, consolidating it as an instrument of cultural emancipation, collective memory and citizen formation.

Keywords: Education. Cinema. Civil-military dictatorship. Historical memory. Public policies.

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

1 Introdução

O presente artigo tem como tema a relação entre cinema e educação, compreendida como um campo fecundo para a pesquisa e a prática pedagógica. O cinema, enquanto linguagem artística e meio de comunicação, mantém desde sua origem uma estreita relação com a realidade histórica e social, o que lhe confere grande potencial formativo. Mais do que um recurso de entretenimento, constitui um instrumento capaz de problematizar acontecimentos, valores e memórias coletivas, estimulando nos estudantes a construção de uma consciência crítica e reflexiva.

Seu surgimento não ocorreu de forma acidental, mas resultou de condições sociais e históricas específicas, sustentadas pelo desenvolvimento técnico, científico e industrial, que possibilitaram tanto sua criação quanto sua consolidação como expressão cultural e instrumento de mediação social. Nesse contexto, o cinema revela-se particularmente relevante para o ensino, pois permite articular conhecimento, sensibilidade e reflexão crítica na compreensão dos processos sociais.

Ressaltaremos a relevância dos estudos que articulam as áreas da educação e do cinema, tomando como ponto de partida a análise do filme O ano em que meus pais saíram de férias, dirigido por Cao Hamburger. Considerando a perspectiva da infância em períodos históricos complexos como a ditadura civil-militar brasileira, o filme oferece um olhar sensível e lúdico sobre a memória e percepção desse período.

Ambientado em 1970, ano marcado pela repressão do regime, a narrativa acompanha a história de Mauro, um menino deixado pelos pais em São Paulo enquanto estes entram na clandestinidade. A trama, que mescla o universo infantil, o futebol e a convivência em um bairro multicultural, permite trabalhar dimensões históricas, políticas e sociais de maneira acessível e envolvente.

No campo pedagógico, o presente contexto representa uma oportunidade de reafirmar a memória e refletir sobre os danos provocados por tentativas de ruptura institucional. Esse processo pode contribuir para o fortalecimento da consciência cidadã, lembrando que a democracia não é uma conquista definitiva, mas um exercício contínuo que requer cuidado, participação e compromisso coletivo.

A Lei nº 13.006/2014 representa um avanço significativo ao tornar obrigatória a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica por, no mínimo, duas horas mensais, integrando o cinema como componente curricular complementar. No entanto, a existência de leis, por si só, não garante a transformação da realidade educacional. É fundamental que tais marcos legais seja acompanhado de medidas efetivas e permanentes de valorização do trabalho docente, formação continuada de professores, adequação das instalações e

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

equipamentos escolares, e um compromisso constante com a qualidade do ensino oferecido a todos que frequentam a escola pública brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) já estabelece como princípio a garantia de um ensino de qualidade, o pleno desenvolvimento do educando e a valorização dos profissionais da educação. Portanto, a efetivação da Lei 13.006/2014 deve ser vista como parte desse compromisso maior, exigindo não apenas o cumprimento da carga horária, mas uma integração pedagógica consciente e crítica do audiovisual no cotidiano escolar.

A presença do cinema na pesquisa educacional e nas relações de ensino e aprendizagem exige, portanto, uma compreensão reflexiva e propositiva das formas pelas quais se produzem e se desenvolvem essas relações. No desenvolvimento das práxis educativas, os estudantes podem ser estimulados, com a utilização de filmes, a desenvolverem atividades relacionadas com a assimilação de conteúdos disciplinares, de modo a contribuírem com sua participação ativa e questionadora no processo de ensino e aprendizagem.

2 O cinema como recurso formativo

Este artigo tem como objetivo geral analisar o potencial formativo do cinema como recurso pedagógico na educação básica, tomando como estudo de caso o filme O ano em que meus pais saíram de férias (2006), de Cao Hamburger, e sua contribuição para a construção da memória histórica e para o desenvolvimento da consciência crítica sobre a ditadura civil-militar brasileira. Como objetivos específicos, propõe-se:

- Investigar de que modo a narrativa fílmica, ao adotar a perspectiva da infância, possibilita uma abordagem sensível, humanizada e acessível dos impactos sociopolíticos e afetivos do regime autoritário;

- Discutir as potencialidades do uso pedagógico do cinema no ambiente escolar, considerando sua capacidade de promover empatia, engajamento discente e reflexão crítica sobre violações de direitos humanos e valores democráticos;

- Refletir sobre os limites e desafios da implementação da Lei nº 13.006/2014, especialmente no que se refere à infraestrutura escolar, à formação docente e à necessidade de integração curricular crítica do audiovisual e

- Ressaltar que a efetividade de marcos legais depende de políticas públicas contínuas e abrangentes, voltadas à valorização do trabalho docente, à formação permanente de professores, às condições materiais adequadas e ao compromisso com a oferta de um ensino público de qualidade.

Assim, busca-se evidenciar que o cinema, quando articulado a uma prática educativa planejada, crítica e integrada, pode constituir um recurso privilegiado

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

para a formação cidadã e para a preservação da memória histórica no contexto escolar.

3 Cinema, educação e memória histórica

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa articula contribuições de autores que discutem a interface entre cinema, educação e memória histórica, com ênfase em sua potência pedagógica e cultural. Parte-se da compreensão de que o cinema não deve ser reduzido a um recurso meramente ilustrativo ou complementar, mas reconhecido como linguagem formadora de subjetividades, de visões de mundo e de valores sociais e políticos.

Do ponto de vista histórico, Catelli (2008) destaca as origens do cinema educativo no Brasil, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, quando o Estado buscou instrumentalizar o audiovisual em favor de projetos nacionalistas e de formação popular. Esse movimento inicial já indicava o duplo caráter do cinema: de um lado, como recurso pedagógico capaz de sensibilizar e educar; de outro, como meio ideológico sujeito a disputas políticas.

Nessa direção, Ferro (1976) argumenta que o filme pode ser entendido como uma "contra-análise da sociedade", uma vez que revela diferentes visões de mundo e representações sociais que escapam às narrativas oficiais. Ao adotar essa perspectiva, o cinema não apenas documenta acontecimentos históricos, mas também oferece interpretações críticas, constituindo-se como fonte e linguagem histórica (Napolitano, 2007).

No campo da educação, Duarte (2002) sustenta que a linguagem cinematográfica deve ser compreendida como prática social formadora, tão relevante quanto o contato com a literatura ou a filosofia. O cinema, ao dialogar com experiências estéticas e afetivas, contribui para a socialização e a construção de identidades, exigindo que sua inserção nas escolas supere a visão utilitarista ou meramente recreativa. Em complemento, Almeida (2017) propõe múltiplas abordagens para a relação entre cinema e educação, enfatizando tanto sua função didática quanto seu papel como produtor de sentidos culturais, políticos e sociais.

Essa dimensão cultural do cinema também é central na perspectiva de Chauí (2006), ao defender a cidadania cultural como direito fundamental. Para a autora, somente quando a escola se torna espaço de fruição estética e de produção cultural é que se pode efetivar a cidadania em sua plenitude, com isso, a presença do cinema no currículo escolar contribui não apenas para a formação acadêmica, mas para a democratização do acesso à cultura.

O debate sobre políticas públicas reforça essa preocupação. A Lei nº 13.006/2014, que tornou obrigatória a exibição de filmes nacionais nas escolas, é analisada por Fresquet e Paes (2016) como um avanço no reconhecimento do valor formativo do audiovisual. No entanto, os autores alertam que, sem infraestrutura

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

adequada, formação docente específica e integração curricular crítica, tal medida corre o risco de se limitar ao cumprimento formal da legislação, tornando-se letra morta.

Do ponto de vista pedagógico, a utilização do cinema deve articular-se a uma concepção crítica de educação. A pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Saviani (2008), propõe que a prática educativa seja intencional e emancipadora, possibilitando aos estudantes a apropriação crítica do conhecimento e a transformação da realidade social. Aplicada ao uso do cinema, essa perspectiva permite superar abordagens superficiais e estimular a análise crítica das condições históricas, sociais e políticas representadas nas obras audiovisuais.

Por fim, Napolitano (2009) ressalta a importância do cinema como recurso didático no ensino de História, ao permitir a articulação entre memória, narrativa e experiência social. Para o autor, filmes que abordam contextos traumáticos, como a ditadura civil-militar, contribuem para a formação da consciência histórica, na medida em que aproximam os estudantes de experiências concretas de vida, afeto e resistência.

Ao integrar contribuições que destacam a historicidade do cinema, sua dimensão cultural e suas potencialidades pedagógicas, o presente estudo reconhece o audiovisual como um artefato formativo complexo, capaz de articular arte, educação e memória. Tal abordagem possibilita compreender o cinema não apenas como recurso auxiliar de ensino, mas como linguagem cultural e educativa essencial à formação crítica e cidadã.

4 Abordagem qualitativa e análise fílmica

A pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa, articulando procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Parte-se do pressuposto de que o cinema, enquanto linguagem artística e cultural constitui uma fonte relevante para a análise histórica e pedagógica, capaz de revelar dimensões estéticas, políticas e sociais nem sempre presentes em narrativas oficiais (Ferro, 1976; Napolitano, 2007).

A pesquisa bibliográfica contemplou autores que discutem a interface entre cinema, educação e memória histórica, como Duarte (2002), Chauí (2006), Almeida (2017) e Saviani (2008), que se somaram aos estudos que analisam a inserção do audiovisual nas políticas educacionais (Fresquet; Paes, 2016). Essa revisão permitiu construir um arcabouço teórico que fundamenta a compreensão do cinema como recurso formativo e como expressão cultural com potencial crítico.

No campo documental, a investigação concentrou-se na análise do filme O ano em que meus pais saíram de férias (2006), dirigido por Cao Hamburger. A escolha da obra justifica-se por sua abordagem singular da ditadura civil-militar

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

brasileira a partir da ótica da infância, possibilitando uma leitura humanizada do período e favorecendo sua utilização como recurso pedagógico em sala de aula. A análise fílmica considerou elementos narrativos, estéticos e simbólicos, observando tanto a representação do contexto histórico de 1970 quanto os sentidos produzidos no momento de sua recepção.

Ao mesmo tempo, foram examinados dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei nº 13.006/2014, que regulamenta a exibição de filmes nacionais nas escolas. A leitura crítica dessas normativas, articulada ao levantamento de estudos recentes (Catelli, 2008; Fresquet; Paes, 2016), permitiu compreender os limites e as possibilidades da institucionalização do cinema como prática pedagógica.

A análise foi conduzida a partir da perspectiva da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008), entendendo a educação como prática social intencional e emancipatória. Isso orientou a interpretação do material, enfatizando não apenas os conteúdos explícitos da narrativa cinematográfica, mas também os valores, as experiências e as memórias que podem ser mobilizados no processo formativo. Ao combinar revisão bibliográfica, análise documental e reflexão crítica sobre políticas educacionais, o estudo busca evidenciar de que maneira o cinema pode contribuir para a construção da memória histórica e para a formação cidadã, superando abordagens meramente ilustrativas e fortalecendo práticas pedagógicas conscientes e transformadoras.

5 Narrativa, infância e ditadura: reflexões pedagógicas

A análise do filme O ano em que meus pais saíram de férias (2006), dirigido por Cao Hamburger, evidencia a potência do cinema como recurso pedagógico para a abordagem da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), ao mobilizar memórias, afetos e experiências cotidianas que humanizam um período marcado por graves violações de direitos humanos. Conforme assinala Aguiar (2015), o cinema, desde os seus primórdios, veicula visões de mundo e posicionamentos ideológicos que influenciam a percepção histórica e as transformações sociais, tornando-se, portanto, uma fonte privilegiada de interpretação do passado.

O filme se diferencia de outras produções sobre a ditadura por adotar a perspectiva da infância. Mauro, menino de 11 anos, filho de militantes perseguidos, é abruptamente deixado em São Paulo, passando a conviver com Shlomo, vizinho judeu do avô falecido. Essa narrativa desloca o olhar da denúncia explícita da tortura, recurso recorrente em produções fílmicas do período para os impactos afetivos, sociais e familiares do regime, sem abrir mão da crítica ao autoritarismo (Valente, 2006). Nesse sentido, o recurso à ótica infantil permite construir um relato ao mesmo tempo lúdico e profundo, que articula dimensões pessoais e sociopolíticas de modo significativo.

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

Como observa Masiero, Silva e Silva (2014), a obra reconstitui um microcosmo social no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, marcado pela diversidade cultural e pela solidariedade comunitária, ao mesmo tempo em que evidencia as contradições e tensões impostas pelo regime. Essa escolha revela a dimensão autobiográfica do diretor, filho de professores da Universidade de São Paulo (USP) perseguidos e presos durante a ditadura, e confere autenticidade à narrativa. A combinação de memória pessoal e reconstrução histórica contribuem para a verossimilhança do enredo e amplia sua relevância pedagógica.

A análise fílmica permite trabalhar com múltiplas temporalidades. De acordo com Aguiar (2015), é possível identificar o tempo da narrativa (1970), o tempo da produção (2006) e o tempo da recepção (2015 e posteriores). Essa sobreposição, como discute Kern em diálogo com a noção de temporalidades da memória, ressalta que toda obra de arte carrega marcas de diferentes momentos históricos. No caso específico do filme, a reconstrução de época, por meio de objetos como a máquina de escrever, o fusca, o álbum da Copa de 1970 e as transmissões radiofônicas articula-se à recepção contemporânea, que relê o passado ditatorial à luz dos desafios atuais da democracia.

Outro aspecto central refere-se à representação da infância. Retomando Gélis (1991), é possível compreender a figura de Mauro não apenas como vítima passiva do regime, mas como sujeito de afetos, desejos e contradições. O abandono pelos pais em nome de uma causa coletiva explicita o conflito entre projeto político revolucionário e laços familiares, dimensão que ganha força no desfecho do filme, quando a mãe reencontra o filho em cena marcada pelo afeto e pela dor. Tal escolha narrativa reafirma que a infância, enquanto categoria histórica é também espaço de disputas simbólicas e políticas.

Ao tratar das dimensões narrativas e simbólicas, o filme possibilita uma reflexão pedagógica fundamental, neste aspecto, Duarte (2002) e Almeida (2017) destacam que o cinema deve ser compreendido como prática social formadora, capaz de promover socialização, empatia e consciência crítica, ou seja, o uso da obra em sala de aula contribui para trabalhar a memória da ditadura não a partir de grandes eventos, mas de experiências concretas de vida e resistência, fortalecendo valores democráticos e a consciência cidadã. Contudo, como salientam Fresquet e Paes (2016), a efetividade do cinema como recurso pedagógico depende de condições materiais e formativas. A Lei nº 13.006/2014 representa um avanço ao integrar a exibição de filmes nacionais ao currículo escolar, mas sua aplicação esbarra em desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e à integração pedagógica crítica. Sem esses elementos, corre-se o risco de reduzir a exibição de filmes a mero cumprimento legal, esvaziando seu potencial educativo.

O filme analisado demonstra que é possível abordar temas complexos como a ditadura civil-militar de forma sensível e acessível, sem recorrer a estratégias sensacionalistas. Como defende Valente (2006), Cao Hamburger articula com simplicidade e profundidade o universo pessoal e o contexto político, evitando

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

tanto o didatismo excessivo quanto a espetacularização da violência. O resultado é uma obra que contribui não apenas para a preservação da memória histórica, mas também para a construção de uma prática pedagógica crítica e emancipatória.

Os resultados desta análise apontam para a centralidade do cinema na formação histórica e cidadã, desde que integrado a uma concepção crítica de educação, como propõe a pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008). O filme O ano em que meus pais saíram de férias constitui exemplo paradigmático de como a arte pode funcionar como recurso educativo transformador, articulando memória, afetividade e crítica social, em diálogo constante com os desafios da escola pública brasileira contemporânea.

6 Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu constatar que o cinema, quando integrado ao processo educativo de forma intencional, crítica e contextualizada, constitui um instrumento pedagógico de elevado potencial para a construção da memória histórica e para a formação de uma consciência cidadã reflexiva. A investigação centrada no filme O ano em que meus pais saíram de férias (2006), de Cao Hamburger, evidenciou a capacidade da linguagem cinematográfica em abordar períodos históricos complexos, como a ditadura civil-militar brasileira, a partir de uma perspectiva humanizadora e sensível, ancorada no ponto de vista infantil.

Conforme demonstrado, a opção narrativa pela ótica da criança, personificada no protagonista Mauro, mostrou-se eficaz em articular as dimensões política, social e afetiva do período autoritário, permitindo uma compreensão mais profunda e empática dos seus impactos na vida cotidiana das famílias e comunidades. Essa abordagem, como postulam Napolitano (2007) e Ferro (1976), transcende a mera ilustração de eventos, configurando-se como uma forma de "contra-análise" que revela nuances e subjetividades negligenciadas pelas narrativas históricas convencionais. A obra de Hamburger, ao evitar o sensacionalismo e centrar-se nas marcas sutis do autoritarismo, possibilita um engajamento emocional e crítico que favorece a assimilação significativa do conteúdo histórico pelos estudantes.

No âmbito educacional, a pesquisa reforça a tese de Duarte (2002) e Almeida (2017) sobre o cinema como instância formadora, capaz de promover a socialização, a reflexão ética e o pensamento crítico. A Lei nº 13.006/2014 representa, nesse contexto, um marco legal fundamental ao reconhecer o valor educativo do audiovisual e instituir sua presença no currículo escolar.

Contudo, como alertam Fresquet e Paes (2016), a efetiva adoção dessa política esbarra em obstáculos estruturais e pedagógicos significativos. A precária infraestrutura das escolas, a carência de equipamentos tecnológicos adequados e,

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

sobretudo, a insuficiência de formação docente específica para o uso crítico da linguagem cinematográfica limitam o potencial transformador da lei, reduzindo-a, em muitos casos, a uma mera formalidade.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que a inserção do cinema na educação básica supere a lógica do cumprimento burocrático e se afirme como uma prática pedagógica consistente, alinhada aos princípios da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008) e da cidadania cultural (Chauí, 2006). Isso implica compreender o audiovisual não como um recurso complementar ou de entretenimento, mas como uma linguagem essencial para a formação integral dos sujeitos, capaz de fomentar a leitura crítica da realidade e a emancipação intelectual.

Conclui-se, portanto, que a plena realização do potencial educativo do cinema depende de um compromisso coletivo e multifacetado. É necessário investir na valorização e na formação continuada dos professores, na adequação da infraestrutura escolar e na elaboração de diretrizes pedagógicas que orientem o uso do audiovisual de maneira interdisciplinar e crítica. Somente com a conjugação de esforços entre poder público, instituições de ensino e sociedade será possível transformar o cinema em um direito cultural efetivo e num instrumento educacional transformador.

O ano em que meus pais saíram de férias permanece vivo no tempo social como uma exemplar demonstração de como a arte cinematográfica pode servir como poderoso meio de diálogo entre passado e presente, convidando à reflexão e à ação pedagógica comprometida com a construção de uma sociedade mais reflexiva, democrática e justa. O filme não apenas humaniza a história, mas também nos interpela sobre a urgência de garantir que as escolas sejam espaços de fruição estética, crítica política e resistência memorialística.

Referências

AGUIAR, M. A. de. Análise do filme O ano em que meus pais saíram de férias (2006). **Anais da ANPUH**, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438638503_ARQUIVO_Artigofloripaok.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

ALMEIDA, R. Cinema e educação: fundamentos e perspectivas. **Educação em Revista**, v. 33, p. 1-27, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698153836

BRASIL. **Decreto nº 21.240**, de 4 de abril de 1932. Brasil, 1932. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html. Acesso em: 10 set. 2025.

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014**. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011- 2014/2014/Lei/L13006.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.

CATELLI, R. E. O Cinema educativo nos anos de 1920 e 1930: algumas tendências presentes na bibliografia contemporânea. **Intexto**, Porto Alegre, n. 12, p. 113–128, 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4194. Acesso em: 18 set. 2025.

CHAUÍ, M. de S. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DUARTE, R. **Cinema & educação**: refletindo sobre cinema e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRESQUET, A. M.; PAES, B. T. A escola e o cinema: algumas reflexões e apreensões frente à lei 13.006/14. **Revista Teias**, v. 17, n. 44, p. 163-172, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24585/17565. Acesso em: 03 set. 2025.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: Resumo Técnico. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

FERRO, M. O filme: uma contra-análise da sociedade? *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História** – novos objetos. Tradução Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 199-215.

GÉLIS, J. **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 311-329.

ISSN: 3086-6553 São Paulo, DEZ/2025, v. 1, n. 1

HAMBURGER, C. **O ano em que meus pais saíram de férias**. Brasil, 2006.

MASIERO, C. G.; SILVA, E. da; SILVA, T. A ditadura militar através do olhar infantil: representações e imaginários sociais no filme O ano em que meus pais saíram de férias. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 173-196, jul./dez. 2014.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

NAPOLITANO, M.; MORETTIN, E.; SALIBA, E. T.; CAPELATO, M. H. **História e cinema**: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda/História Social/USP, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).

VALENTE, E. O ano em que meus pais saíram de férias, de Cao Hamburger (Brasil, 2006). **Revista Cinética**, 2006. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/anoemquecartaz.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

Recebido: 15/11/2025
Aprovado: 20/11/2025
Publicado: 10/12/2025

Contribuição de autoria:
Autora 1: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.
Autor 2: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.

Editor responsável: Edison Trombeta de Oliveira

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

CC BY 4.0